



Atuação, posição e produção dos intelectuais no SPHAN e no IHGB (1938-1966)

JAMILE SILVA NETO*

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi criado em 1838 partindo da iniciativa da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN). Apesar de ter sido criado pela SAIN, o IHGB ligou-se, desde o momento de sua constituição, ao imperador D. Pedro II que custeava relevante parcela do orçamento da instituição. O Instituto Histórico teve como objetivo norteador a escrita da história nacional, buscando relatar os eventos considerados “cruciais” para a constituição do Brasil como nação.

Quase um século depois, nasceria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado pela Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937. Junto ao órgão de preservação, seria criado o seu Conselho Consultivo composto pelo diretor do SPHAN, pelos diretores dos museus nacionais e por mais dez membros nomeados pelo Presidente da República.¹ A criação do SPHAN teve como principais objetivos identificar, preservar e conservar os bens considerados patrimônio histórico e artístico nacional.

A despeito das distâncias e aproximações entre o Instituto Histórico e o SPHAN, no que diz respeito à fundação, à composição e aos objetivos, ambas as instituições podem ser pensadas como produtoras de discursos que se queriam hegemônicos sobre o passado, a memória, a história. Os intelectuais, neste sentido, desempenharam papel central na produção dos discursos dentro de tais instituições.

O pertencimento ao órgão de preservação e ao Instituto Histórico deu-se a partir da notoriedade e do comprovado saber que possuíam seus integrantes. O Conselho Consultivo do SPHAN, além de ser constituído por diretores de museus e personalidades indicadas pelo Presidente da República, teve na sessão inaugural, realizada em 10 de maio de 1938, sua legitimidade chancelada por Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde (MES). Nela,

*Graduada em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História na mesma instituição com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

¹ Ao Conselho Consultivo, segundo o Decreto-lei nº 25, caberia ajuizar sobre os pedidos de tombamento voluntários; analisar e deliberar sobre os casos de tombamento compulsório em que o bem eleito a ser patrimonializado não fosse anuído por seu proprietário. Nesse caso, o proprietário teria o prazo de 15 dias após a notificação para entrar com o pedido de impugnação do tombamento, tendo o SPHAN o prazo de mais 15 dias para “fazer vistas” da impugnação. Conforme a Lei, em seguida, seria remetido o processo ao Conselho Consultivo que emitiria, no prazo de 60 dias, decisão irrevogável sobre o tombamento; e, por fim, ao Conselho Consultivo do SPHAN competiria a decisão sobre os bens tombados que receberiam parecer positivo ou negativo para saírem do país, por um prazo que não fosse curto, com a finalidade de “intercâmbio cultural”(SPHAN, 1980). A partir do Regimento Interno de 1946 – Decreto-lei nº 8.534 de 02 de janeiro de 1946 –, dentre outras atribuições, ao Conselho Consultivo competiria ajuizar sobre todos os pedidos de tombamento (DPHAN, 1967).

o ministro afirma que havia sido criado, junto ao órgão de preservação, o seu Conselho Consultivo composto por especialista de “notável competência e comprovado espírito público” (ATAS, 1938).

Nos Estatutos do Instituto Histórico, os sócios eram dispostos hierarquicamente e, para serem admitidos, deveriam seguir alguns requisitos de acordo com suas categorias. Independentemente de serem sócio correspondente, efetivo, honorário, benemérito ou grande benemérito todos, para integrarem o IHGB, deveriam comprovar, por meio de trabalho autoral, seus conhecimentos em História, Geografia, Etnografia ou Arqueologia. Os degraus da pirâmide eram subidos de acordo com a notoriedade dos sócios dentro do Instituto. Além de terem que ser versados em uma ou mais áreas de saber de interesse do órgão, os sócios poderiam ser reconhecidos pela “alta representação social”, pelos “serviços notáveis prestados ao Instituto” ou por terem prestado, no mínimo, vinte anos em cargos da diretoria ou das comissões permanentes (RIHGB, 1940: 735-36).

Os intelectuais selecionados para análise foram aqueles que integraram o Conselho Consultivo do SPHAN de 1938 a 1966, e, concomitantemente, pertenceram ao IHGB. Tal recorte diz respeito ao período em que o diretor do órgão de preservação, Rodrigo Melo Franco de Andrade, presidiu as reuniões do Conselho Consultivo. O período da gestão do SPHAN por Rodrigo Melo Franco de Andrade mostra-se como momento crucial para a estruturação do órgão, a consolidação das práticas de preservação e a construção das concepções de quais bens seriam considerados patrimônio nacional, que perdurariam por muitas décadas. Portanto, por meio da produção, atuação e posição de Afonso Arinos de Melo Franco, Alcindo Sodrê, Américo Jacobina Lacombe, Edgard Roquette-Pinto, Francisco Marques dos Santos, Gilberto Ferrez, Gustavo Barroso, Josué Montello, Paulo Santos, Pedro Calmon e Rodrigo Melo Franco de Andrade busca-se entender as relações entre SPHAN e IHGB por meio destes intelectuais que integraram, concomitantemente, ambas as instituições.

Os intelectuais no SPHAN

O Conselho Consultivo do SPHAN era composto por historiadores, antropólogos, arqueólogos, advogados, escritores, artistas, dentre outros. Estas variadas formações conferiam ao Conselho Consultivo maior heterogeneidade quando comparado aos quadros técnicos do órgão de preservação, compostos, em sua maioria, por arquitetos que tiveram

papel de destaque nas decisões da instituição até, pelo menos, a década de 1970 (CHUVA, 2009; FONSECA; 2009; SANTOS, 1996).

As diferenças de formação entre os membros dos quadros técnicos e do Conselho Consultivo podem ser notadas nos intelectuais estudados, mesmo estes representando um terço dos membros que compuseram o Conselho entre 1938 e 1966.² Entre os integrantes do Conselho Consultivo e sócios do IHGB, apenas Paulo Santos era arquiteto. Edgard Roquette-Pinto dedicava-se à Antropologia; Josué Montello era escritor, redigindo romances e crônicas; Francisco Marques dos Santos e Gilberto Ferrez eram conhecidos colecionadores que se dedicavam, sobretudo, à História da Arte. Afonso Arinos, Alcindo Sodrê, Américo Jacobina Lacombe, Gustavo Barroso, Pedro Calmon e Rodrigo Melo Franco de Andrade dedicavam-se, sobretudo, à História, apesar de todos terem formação em Direito. Portanto, a maior parte dos intelectuais estudados tinha a História como ocupação e interesse predominante.

Dos 11 conselheiros estudados, quatro ocupavam cadeiras do Conselho Consultivo por serem diretores de museu, eram eles: Alcindo Sodrê – diretor do Museu Imperial de Petrópolis –, Américo Jacobina Lacombe – diretor da Casa de Rui Barbosa –, Gustavo Barroso – diretor do Museu Histórico Nacional (MHN) – e Josué Montello – igualmente diretor do MHN, o qual substituiu Gustavo Barroso. Comparados aos demais intelectuais pesquisados, os diretores de museus foram aqueles que por menos tempo integraram o Conselho Consultivo, com exceção de Américo Jacobina, uma vez que dirigiu a Casa de Rui Barbosa de 1939 a 1992.³ Alcindo Sodrê ingressou no Conselho em 1940 e se retirou em 1952, ano em que faleceu; Gustavo Barroso compôs o Conselho entre 1938 e 1959, ano de seu falecimento; e, Josué Montello pertenceu ao Conselho de 1960 a 1967, ano em que deixa de dirigir o MHN.

Dentre os 11 intelectuais pesquisados, seis foram indicados pelo Presidente da República. Tais conselheiros permaneceram por longos anos no Conselho Consultivo, ultrapassando o recorte deste artigo, com exceção apenas de Edgard Roquette-Pinto. Afonso Arinos ingressou no Conselho em 1938, tendo desocupado o assento em 1987, três anos antes

² Ao longo do período estudado, 33 intelectuais integraram o Conselho Consultivo do SPHAN. Para saber mais sobre eles, ver Jamile Silva Neto (2015).

³ Américo Jacobina Lacombe afastou-se do cargo de diretor da Casa de Rui Barbosa em dois momentos: entre 1959 e 1960 para exercer o cargo de Secretário de Educação e Cultura do antigo Distrito Federal e entre 1962 e 1963 com a finalidade de dirigir a Casa do Brasil da Cidade Universitária de Paris. Thiers Martins Moreira e Eugênio Gomes ocuparam, nos dois períodos respectivamente, a direção da Casa de Rui Barbosa e, consequentemente, seu assento no Conselho Consultivo.

de sua morte; Edgard Roquette-Pinto pertenceu ao Conselho desde sua sessão inaugural, em 1938, e se retirou em 1954, ano de sua morte; Francisco Marques dos Santos integrou o Conselho entre 1938 e 1975, ano em que faleceu na cidade de Petrópolis; Gilberto Ferrez ingressou no Conselho em 1958 e deixou seu assento em 1997, três anos depois faleceu na sua cidade natal; Paulo Santos pertenceu ao Conselho de 1955 a 1980; e, Pedro Calmon passa a integrar o Conselho Consultivo em 1946 e vaga seu assento em 1985, ano de sua morte.

Nos processos de tombamento, debatidos nas sessões do Conselho, encontram-se os pareceres dos conselheiros, os quais buscam elaborar discursos que justifiquem respostas afirmativas ou negativas quanto aos pedidos de tombamento voluntário, cancelamento ou impugnação dos bens.⁴ Os processos de tombamento relatados pelos intelectuais estudados serão enfocados na análise, uma vez que atendem ao objetivo de aferir a produção intelectual dos conselheiros, tendo em vista que ao emitirem seus votos sobre os processos de tombamento em questão tais intelectuais estavam defendendo suas concepções de história. Desses processos de tombamento, serão privilegiados na análise exemplos daqueles que não seguiram os pareceres dos técnicos e do diretor do SPHAN.

Entre os processos de tombamento analisados, a maior parte seguiu os estudos e pareceres das seções técnicas do órgão de patrimônio. Percebe-se que os processos de tombamento, antes de chegarem ao Conselho Consultivo, contavam com pareceres de vários agentes envolvidos com a preservação do patrimônio brasileiro. Apesar dos pareceres dos representantes dos Distritos e dos técnicos poderem ter peso nas decisões dos conselheiros, nada os impedia de divergirem dos aconselhamentos e das justificativas encontradas nestes pareceres. Uma vez que eram considerados intelectuais detentores de “notório saber”, especialistas em suas áreas de atuação, os conselheiros poderiam não seguir as indicações dos técnicos e do diretor do SPHAN. Ao fim e ao cabo, os conselheiros poderiam, se quisessem, discordar frequentemente dos estudos anteriores, posto que possuíam a “palavra final” sobre quais bens seriam constitutivos do patrimônio nacional. Todavia, cabe indagar, apesar de terem o direito de não aceitarem a recomendação das seções técnicas, se era conveniente discordar dos estudos técnicos. Além disso, em que medida tais estudos não iam ao encontro das concepções de patrimônio, em última análise de história, defendidas pelos conselheiros.

⁴ Os processos, geralmente, constituíam-se da descrição dos bens propostos para tombamento, dos pareceres dos técnicos do órgão, do parecer do diretor do órgão, do parecer do conselheiro relator do caso em questão, bem como de matérias de jornais e correspondências.

Dentre os processos de tombamento que não seguiram fielmente as indicações das seções técnicas, esteve o caso da Igreja da Matriz de São Sebastião, localizada em Bagé, no Rio Grande do Sul. Tombamento voluntário, partindo do Monsenhor Costábile Hipólito, a Igreja Matriz havia tido suas obras concluídas e inaugurada em 1863, conforme consta no processo de tombamento.

Sobre a Igreja Matriz de São Sebastião, Lucio Costa diz que “Em face da documentação agora recebida, verifica-se que a edificação apresenta, apenas, interesse local.” (COSTA, processo nº 0337-T-1944) Carlos Drummond pondera que

O caráter histórico da igreja matriz de S. Sebastião, em Bagé, alegado pelo respectivo vigário, resulta de haver esse templo, em 1893, servido de reduto para as tropas legalistas sob o comando do então coronel Carlos Teles, que suportaram durante quarenta dias o cerco infligido pelos maragatos, senhores de toda a cidade. Com a chegada de tropas de socorro, terminou o assédio.

A esse fato há a acrescentar a circunstância de que repousam na referida igreja as cinzas do próprio general Carlos Teles e as de Gaspar da Silveira Martins, bem como está guardada em seu interior a faixa comemorativa da paz de Ponche Verde. Por tudo isso, a matriz oferece, sem dúvida, interesse histórico, embora, a meu ver, não de tal relevância que justifique a sua inscrição entre os monumentos históricos do país. (DRUMMOND, processo nº 0337-T-1944)

No parecer de Américo Jacobina, relator do processo de tombamento, sugere-se que para saber se a igreja tem importância nacional ou local, deve-se consultar se os “[...] historiadores nacionais, e não só os locais, se referem aos acontecimentos aludidos [...]” (LACOMBE, processo nº 0337-T-1944), concluindo que importantes historiadores teriam considerado os acontecimentos ligados à Igreja Matriz de Bagé como decisivos para a Revolução Federalista. Em seguida, cita passagens de livros dos historiadores Rafael Galanti, Rocha Pombo e José Maria Belo que remetem ao evento envolvendo a Igreja Matriz de São Sebastião. Américo Jacobina conclui seu parecer defendendo o tombamento da igreja por “motivos históricos”. Na 17ª sessão ordinária do Conselho, foi deliberado, por unanimidade, inscrever a Igreja Matriz de São Sebastião no Livro do Tombo Histórico.

Francisco Marques dos Santos foi relator principalmente de processos relacionados ao Império, sendo um deles o processo de tombamento referente ao bastão ou bengala oferecida à imagem do padroeiro da Igreja do Convento de Santo Antônio, no Rio de Janeiro. O conservador Alfredo Rusins defende que o objeto, por não ter sido ligado a nenhum personagem “importante da história”, não pode ser inscrito no Livro do Tombo Histórico, Rusins, igualmente, não via valor artístico na peça (RUSINS, processo nº 614-T-1960). Marques dos Santos, após realizar descrição e análise do objeto em questão, emite o parecer

de que a peça deveria ter pertencido a algum conselheiro imperial ou coronel da Guarda Nacional. Além disso, a inclusão do objeto no Livro do Tombo satisfaria a requerente do pedido: “Dona Ângela uma senhora piedosa”. Assim, ao final, Marques dos Santos assinala que

Eis a forma de prestigiar a piedade de dona Ângela e de conservar a segunda bengala. Tudo se poderá conciliar, sendo uma para grande gala e outra para pequena gala, sóbrio critério a ser usado, com benefício da religião e do Estado.
(SANTOS, processo nº 614-T-1960)

O Conselho decidiu, por maioria de votos, que não se justificava o tombamento individual do objeto em questão.

O arquiteto Paulo Santos frequentou com assiduidade as reuniões do Conselho Consultivo. Nota-se que o conselheiro foi quem relatou o maior número de processos de tombamento no período estudado. A maior parte dos processos de tombamento relatados por Paulo Santos estava ligada a bens de natureza colonial, apesar de também ter relatado processos referentes a construções modernistas e ao período imperial. Não foi por acaso que o único arquiteto do Conselho, cujas concepções de arte ligavam-se ao movimento modernista, tenha tido participação destacada em relação a qualquer outro conselheiro. No entanto, o fato de Paulo Santos compartilhar dos valores da Arte Moderna, os quais também eram partilhados pelos técnicos do órgão, não fez com que concordasse com todas as escolhas e as justificativas das seções técnicas do SPHAN.

Exemplo de caso em que Paulo Santos posiciona-se contrário ao parecer de alguns membros das seções técnicas do órgão foi quanto ao pedido de tombamento voluntário das Ruínas do Convento e Igreja de São Boa Ventura, em Itaboraí, estado Rio de Janeiro. Lucio Costa e Rodrigo Melo Franco de Andrade, apesar de reconhecerem a “monumentalidade” das ruínas, não aprovaram o tombamento, pois tal ação traria mais despesas ao órgão que já vinha apresentando dificuldades em conservar e restaurar os bens inscritos nos Livros do Tombo. Rodrigo Melo Franco de Andrade ainda pondera que apesar do Decreto-lei nº 25 fazer recair a conservação e manutenção sob os proprietários, pouco a pouco tal papel vinha ficando a cargo do órgão de preservação. Desse modo, dada a grandeza das ruínas e a dificuldade de acesso ao local, Rodrigo Melo Franco de Andrade desaconselhou o tombamento por saber que o órgão não conseguiria mantê-las em ideal estado de conservação (ANDRADE, processo 690-T-1963).

Em seu parecer, Paulo Santos apresenta os pareceres favoráveis de Paulo Thedim Barreto e de Augusto Silva Telles; e as justificativas contrárias ao tombamento de Lucio Costa e Rodrigo Melo Franco de Andrade. Ao final, Paulo Santos vota pelo tombamento das ruínas

[...] na esperança, também, de que o proprietário possa ser um cidadão ou instituição beneméritos, que pelo simples amor à coisa pública e interesse patriótico se disponha a arcar sozinhos com os ônus da restauração e conservação do monumento.

Pode parecer utópico ou quiçá ingênuo o alvitre, - e talvez seja mesmo - mas, creio que nesse sentido da mobilização dos particulares em apoio da DPHAN devem orientar-se também os nossos esforços, para que se crie um movimento de opinião favorável aos objetivos que foram, afinal, os que induziram o Governo à criação dessa Repartição e do seu Conselho Consultivo. (JACINTO, processo nº 690-T-1963)

Em 1974, o chefe da Seção de Obras, Edgard Jacinto, trouxe a notícia da “feliz eventualidade” do interesse dos proprietários das Ruínas do Convento e Igreja de São Boa Ventura em executar obras para preservação das ruínas (JACINTO, processo nº 690-T-1963). Na 28ª sessão ordinária do Conselho Consultivo, realizada em 24 de julho de 1959 – portanto, alguns anos antes da votação do processo em questão –, Paulo Santos proporia projeto de lei complementar ao Decreto-lei nº 25 com a finalidade de compelir os proprietários de imóveis tombados a participarem das despesas com de conservação e restauração de tais imóveis (ATAS, 24 jul. 1959). Ou seja, mesmo o Decreto-lei nº 25 já prevendo que os proprietários deveriam custear as obras de reparo dos bens tombados, Paulo Santos acreditava na necessidade de haver complemento ao Decreto, que de algum modo “obrigasse” os proprietários a custearem as despesas das obras as quais recaiam sobre o SPHAN. O caso das Ruínas de São Boa Ventura mostra o posicionamento de Paulo Santos quanto a essa questão: a solução não seria não tomar por conta das despesas das obras recaírem sobre o órgão, mas sim tomar esperando que os proprietários cumprissem a Lei.

A maioria dos processos de tombamento relatados por Paulo Santos foi aceita por unanimidade pelo Conselho. Todavia, caso curioso pode ser notado no processo de tombamento relativo à Igreja do antigo Engenho de Mataripe, localizado no estado da Bahia. A proposição havia partido do conselheiro Pedro Calmon, em 1950. Onze anos depois, na sessão ordinária de 29 de dezembro de 1961, Calmon sugere ao Conselho que congratulasse a presidência da Petrobrás por ter iniciado a restauração da capela do Engenho Mataripe, e recomendou que o órgão de preservação iniciasse os estudos para proceder à inscrição do bem

nos Livros do Tombo (ATAS, 29 dez. 1961). Cabe ressaltar que Pedro Calmon era um dos herdeiros do Engenho Mataripe.

O parecer de Paulo Santos, apesar de considerar a sugestão do conselheiro Pedro Calmon “legítima, face à história do Engenho”, resalta que os técnicos da Petrobrás executaram as obras de restauro sem seguir as indicações do SPHAN. Por isso, acabaram por “destruir o pouco que no monumento ainda havia de apreciável”, estando a igreja “desfigurada”, sendo assim, Paulo Santos desaconselha o tombamento (SANTOS, processo nº 0440-T-1950).

Na 43ª reunião do Conselho, realizada em 25 de junho de 1964, Paulo Santos proferiu seu voto negativo quanto ao tombamento da igreja. No entanto, “após prolongados debates” e “atendendo às razões aduzidas pelo conselheiro Pedro Calmon”, concorda-se com a inscrição da igreja nos Livros do Tombo, desde que a Petrobrás repare, sob orientação do órgão de preservação, a “desfiguração operada no templo” (ATAS, 25 jun. 1964). Ainda em 1984, o processo de tombamento não havia prosseguido com a inscrição da Igreja nos Livros do Tombo (SANTOS, processo nº 0440-T-1950).⁵

Conforme foi observado por Maria Cecília Londres Fonseca (1996) e Sônia Rabello (2009), as deliberações do Conselho Consultivo estavam mais baseadas nos estudos dos técnicos que em reestudos dos membros do Conselho. Como enfatizado anteriormente, os conselheiros relatores ratificavam as justificativas e escolhas proferidas pelas seções técnicas do órgão de preservação. No entanto, mesmo sendo minoria, houve alguns casos em que os relatores de processo não concordaram com as deliberações dos técnicos, tendo sido apresentado alguns deles.

Tais processos de tombamento apresentados indicam que o Conselho Consultivo do SPHAN era, potencialmente, fórum de discussão e decisão. Todavia, a despeito das diversificadas formações presentes no Conselho, os pareceres dos técnicos do órgão tinham importante peso nas deliberações dos conselheiros. Cabe indagar em que medida, apesar das diversificadas áreas de formação dos conselheiros, as concepções de patrimônio e de história eram diferentes daquelas difundidas e reproduzidas pelos arquitetos do SPHAN.

⁵ Informação disponível no processo nº 0440-T-1950. Em busca no guia dos “Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo do IPHAN (1938-2009)”, não foi encontrada a inscrição da Igreja do antigo Engenho Mataripe. Portanto, não foi efetivado o tombamento da referida igreja.

Os intelectuais no IHGB

No Instituto Histórico, a maior parte dos conselheiros do SPHAN ingressou como sócio efetivo, tendo alguns, com o passar dos anos e de acordo com os serviços prestados ao instituto, mudado de classe. E, apesar dos assentos no IHGB não serem vitalícios, todos os intelectuais pesquisados permaneceram como sócios do IHGB ao longo de toda vida.

O antropólogo Edgard Roquette-Pinto ingressou no Instituto Histórico em 1913 como sócio correspondente, tendo passado à classe dos efetivos e, no ano de seu falecimento, em 1954, ascenderia à classe de benemérito; Gustavo Barroso entra para o IHGB em 1931 como sócio efetivo, e, em 1956 passa à classe de sócio benemérito; Pedro Calmon ingressa no instituto em 1931 como sócio efetivo, ascendendo à classe de sócio benemérito em 1943 e grande benemérito em 1958; Alcindo Sodr  entra para o Instituto Histórico em 1939 como sócio correspondente e passa   classe de efetivo em 1943; Rodrigo Melo Franco de Andrade ingressa no IHGB em 1943 como sócio efetivo, tendo permanecido nessa posição até sua morte, em 1969; Francisco Marques dos Santos entra no instituto em 1944 como sócio efetivo, não tendo sido alterado sua posição até 1966; Américo Jacobina Lacombe ingressa como sócio efetivo em 1945, permanecendo nessa posição até 1966; Afonso Arinos toma posse no Instituto Histórico na categoria de sócio efetivo em 1945, sem ter tido sua posição alterada até 1966; Paulo Santos ingressa no IHGB em 1960 na classe de sócios efetivos, a qual não sofreu alteração até 1966; Gilberto Ferrez passa a fazer parte do instituto em 1961 na categoria de sócio honorário, tendo, em 1965, passado   classe de efetivo por conta de alterações nos Estatutos de 1965; e, Josué Montello ingressa no IHGB em 1963 como sócio efetivo, permanecendo na mesma posição até 1966.

Nota-se que, com exceção de Roquette-Pinto, Gustavo Barroso, Pedro Calmon, Alcindo Sodr  e Américo Jacobina, os demais intelectuais pesquisados ingressaram no Instituto Histórico após passarem a fazer parte do Conselho Consultivo do SPHAN. Pode-se supor, portanto, que alguns intelectuais alcançaram maior visibilidade no campo intelectual por passarem a fazer parte do Conselho Consultivo do SPHAN. De modo inverso, seria o Conselho receptor de prestígio e credibilidade quando intelectuais renomados foram indicados para integrá-lo. Desse modo, entende-se que alguns intelectuais, como aqueles que foram indicados para compor o IHGB após integrarem o Conselho Consultivo, conseguiram maior reconhecimento intelectual quando foram nomeados conselheiros do SPHAN. Tal posição

rendeu-lhes nomeações para outras instituições, como o IHGB. Nessa rede de intelectuais, os laços de amizade eram fundamentais, uma vez que os intelectuais considerados de maior prestígio iam incorporando, nomeando, integrando seus amigos nas instituições às quais pertenciam.

Os postos ocupados pelos intelectuais, além de conferir-lhes destaque, eram essenciais como espaços para suas produções intelectuais. Entre 1938 e 1966, a maior parte dos intelectuais estudados teve ao menos um artigo publicado na RIHGB, com exceção de Afonso Arinos e Paulo Santos. A maioria do material analisado constitui-se de artigos produzidos especificamente para a RIHGB, mas constam também conferências proferidas no Instituto Histórico ou em outras instituições, publicações de jornais, traduções de obras.

A maioria dos artigos trata do período imperial e de suas “grandes personalidades” ligadas à política e à intelectualidade do Império. Cabe notar que D. Pedro II e a Princesa Isabel foram personagens tratadas como tema principal de alguns artigos. O primeiro como homem culto e caridoso, preocupado com o desenvolvimento da educação e da saúde (SANTOS, 1945), a segunda como igualmente bondosa, caridosa, santa, posto que foi a “Redentora” dos escravos (CALMON, 1946). Com exceção de Gilberto Ferrez, todos os intelectuais pesquisados escreveram artigos para RIHGB que enfocavam importantes estadistas que foram considerados essenciais para os rumos do Império do Brasil.⁶

Ainda no IHGB do século XIX, conforme tratado por Manoel Salgado Guimarães (1988), a tradição do iluminismo português foi utilizada como norteadora para escrita da história do Brasil. Sendo assim, a escrita da história nacional deu-se “[...] tanto pelo tratamento linear dado ao desenvolvimento da história, quanto por sua instrumentalização como ‘mestra da vida’” (GUIMARÃES, 1988: 14). Desse modo, a história era constituída, segundo Maria da Glória Oliveira (2011), como “coleções de exemplos” do passado que seriam utilizados de forma educativa no presente. Interessados na compilação de biografias de brasileiros ilustres, marcados pelo “traço da excepcionalidade”, boa parte da escrita da história mostrava a preocupação em salvar do esquecimento os feitos dos grandes homens (OLIVEIRA, 2011: 54).

Ao mesmo tempo, consoante Guimarães, a escrita da história nacional empreendida pelo IHGB seria embasada em “pesquisas sistemáticas” e “metodologias adequadas”

⁶ A maioria absoluta desses grandes estadistas era homem. Com a exceção da figura da Princesa Isabel, sendo a única personalidade feminina contemplada como tema de artigos.

(GUIMARÃES, 2011: 53). Sendo assim, no século XIX, podem-se perceber dois modelos de história coexistindo dentro do Instituto Histórico: a história relacionada ao Iluminismo e a história como disciplina do século XIX (GUIMARÃES, 1988). Ademais, os antigos eram frequentemente visitados como forma de utilizar o passado com vistas às decisões políticas no presente (OLIVEIRA, 2011). O historiador moderno transitaria, assim, entre os elementos antigos e modernos, não havendo um modelo institucional decidido previamente (ARAÚJO, 2009). Portanto, no século XIX, os modelos de história antigo e moderno não se mostraram como concorrentes dentro do IHGB, muito pelo contrário, foram sendo reapropriados ao longo de várias décadas.

Marcando continuidades com a historiografia construída durante o século XIX, estas figuras ligadas ao Império, retratadas nos artigos analisados, eram entendidas como exemplos para o presente e o futuro, seguindo o modelo de construção narrativa da história como mestra da vida. As personalidades tratadas nos artigos analisados foram concebidas como aqueles que sacrificaram suas vidas por amor à pátria, e, por isso, deveriam ser exemplos e inspiração para o presente e para o futuro.

As personalidades do Império consubstanciavam inúmeras características positivas, na vida pública e privada, e, por isso, não foi incomum a utilização de frases de exaltação a essas figuras. Josué Montello, tratando do centenário de Júlio de Mesquita, afirma que ele era “[...] O político, o estadista, o homem de ação, o professor de civismo, o patriota, o advogado, o administrador [...]” (MONTELLO, 1962: 78). Pedro Calmon afirma ser o Marquês de Abrantes “[...] um operário da organização nacional, insisto, um daqueles estadistas responsáveis pela estrutura e pela plástica do regime livre deste país, um daqueles que deixaram na formação nacional as impressões digitais [...]” (CALMON, 1965: 132).

Conforme Angela de Castro Gomes (2009), nas primeiras décadas da República, o IHGB daria importância para reflexão da história como ciência. Nesse momento, a ciência era concebida como meio para o Brasil transformar-se em país moderno e civilizado. A preocupação em se escrever a história a partir de documentos “autênticos” esteve presente nos artigos analisados. O historiador Pedro Calmon trata os arquivos como locais que guardam a verdade. Tratando dos arquivos portugueses, Calmon afirma que estes guardam “tesouros” para história do Brasil, constituídos por “documentação idônea” (CALMON, 1946: 134). Alcindo Sodrê utiliza-se da análise histórica para comprovar a autenticidade do Ponche de

Solano López alocado no Museu Imperial (SODRÉ, 1944). A análise empreendida por Alcindo Sodré relaciona-se com o alargamento da ideia de documento. Tal ideia também estava presente em passagem redigida por Américo Jacobina, quando se refere ao quantitativo documental deixado por Rui Barbosa e diz que a “[...] coleção depoimentos – e isso agora é história, meus senhores [...]” (LACOMBE, 1949: 25). Rodrigo Melo Franco de Andrade, comparando a desfiguração dos monumentos históricos com a destruição dos documentos textuais, afirma que aqueles são muitas vezes “[...] marcos mais importantes e expressivos da história pátria do que quaisquer outros.” (ANDRADE, 1944: 132).

O material empírico utilizado pelos intelectuais para redação dos artigos da RIHGB compõe-se de textos, cartas, poesias, depoimentos, objetos de museu, esculturas, pinturas. As pesquisas e o material empírico tinham relação com os cargos institucionais ocupados pelos intelectuais, como exemplos, pode-se notar que os artigos, citados acima, de Alcindo Sodré e de Américo Jacobina foram pensados e elaborados a partir do lugar institucional que ocupavam, sendo as fontes principais para os estudos empreendidos aquelas disponíveis no Museu Imperial e na Casa de Rui Barbosa.

Na ideia de história científica estava implicado outro importante elemento presente nos artigos analisados: o progresso. A história moderna inaugura uma nova forma de conceber o tempo histórico, nela está implicada a noção de universalidade e unicidade do processo histórico (HELLER, 1993). Agnes Heller assinala que este novo modelo inaugura a história como um “[...] *projeto*, uma ideia sobre o futuro da humanidade.” (HELLER, 1993: 346). Isto porque se elege uma “única *lógica*” para a história que será o fio condutor dos acontecimentos rumo ao progresso inevitável (HELLER, 1993). Nos artigos analisados, pode-se perceber a utilização desta lógica como norteadora das narrativas construídas.

A inserção do Brasil na marcha do progresso foi frequentemente aproximada às raízes europeias, principalmente aquelas legadas pela colonização portuguesa, e ao desenvolvimento material, como no artigo de Pedro Calmon “Arquivos Portugueses e História Brasileira”, o qual faz alusão às relações entre Brasil e Portugal, afirmando que “[...] os laços espirituais que nos unem à pátria da nossa pátria [...]” (CALMON, 1946: 136). E, em seu discurso na sessão solene em homenagem ao presidente português Craveiro Lopes, discorrendo sobre o mesmo assunto, Pedro Calmon ressalta que “[...] Somos duas pátrias; mas realmente uma cultura. Somos duas soberanias; mas de fato uma civilização. [...]” (CALMON, 1957: 205). O

historiador Gustavo Barroso, no artigo “Capistrano de Abreu e a interpretação do Brasil”, faz a seguinte afirmação sobre a formação do povo brasileiro: “[...] sem exceção, uma virtude sobrenadava nesse caos espiritual, provinda naturalmente dos velhos troncos lusos, cujas raízes se aprofundam na Idade Média, o culto da honra pessoal, gerando as mais altas virtudes morais. [...]” (BARROSO, 1953: 94).

Nos artigos analisados, esses intelectuais citavam-se uns aos outros. Pode-se pensar que nas vivências institucionais, nos fóruns de discussão, nos encontros após as reuniões iam sendo estabelecidas conexões, laços, interesses em comum, e também pontos de divergência. Assim, pode-se pensar que o Instituto Histórico foi mais um espaço de sociabilidade compartilhado pelos conselheiros do Conselho Consultivo do SPHAN.

Considerações finais

Ao analisar a produção dos intelectuais no Conselho Consultivo do SPHAN e no Instituto Histórico, deve-se interrogar o quanto as concepções de história defendidas dentro do IHGB estavam presentes no órgão de preservação. Ao analisar os artigos redigidos pelos intelectuais estudados, percebe-se que as figuras ligadas ao Império e suas trajetórias foram tratadas como exemplos. Ou seja, defendia-se o modelo de história patriótica, cívica, mas também de cunho científico. Se dentro do IHGB a tradição encontrava-se no Império com suas “grandes personalidades”, no SPHAN o tradicional residiria na Colônia com sua “autêntica” arquitetura. Em ambas as narrativas, pode-se identificar o interesse em articular passado, presente e futuro.

Desse modo, ao analisar as concepções de história manejadas pelos intelectuais nos pareceres dos processos de tombamento e nos artigos para a RIHGB, percebe-se o interesse em perpetuar nas narrativas históricas os “grandes eventos” ligados a “personalidades ilustres”. Todavia, no momento em que elaboravam seus pareceres e escreviam seus artigos, transformações substanciais estavam sendo realizadas na escrita da história operada nos cursos universitários da disciplina História. Assim, o esforço de compreender como essas instituições articulavam-se reside em perceber que em ambos os fóruns os intelectuais selecionados estavam defendendo suas formas de ver e narrar o passado, além de estarem lutando pela hegemonia dessas interpretações. Pode-se perceber que as concepções de história manejadas para justificar tombamentos ou aquelas articuladas nos artigos da RIHGB eram,

naquele momento, uma dentre tantas outras formas de narrativa da história que começava a se moldar entre as décadas de 1940 e 1960.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. Araújo Pôrto-Alegre, precursor dos estudos de história da arte no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 184, p. 119-133, 1944.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. Formas de Ler e Aprender com a História no Brasil Joanino. *Acervo*, v. 22, n. 1, p.85-98, jan./jun. 2009.

BARROSO, Gustavo. Capistrano de Abreu e a interpretação do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 221, p. 92-101, 1953.

Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 1938-2009. 5ª Edição rev. e atual. [versão preliminar]. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ CODOC/ COPEDOC/ DAF, 2009.

BRASIL. *Legislação brasileira de proteção aos bens culturais*. Rio de Janeiro: MEC/DPHAN, 1967.

CALMON, Pedro. Vida e glória da princesa Isabel. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 192, p. 96-109, 1946.

_____. Arquivos portugueses e história brasileira. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 192, p. 134-136, 1946.

_____. Princesa da Rosa de Ouro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 192, p. 231-232, 1946.

_____. Discurso do professor Pedro Calmon na sessão solene em homenagem ao presidente Craveiro Lopes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 236, p. 204-207, 1957.

_____. Marquês de Abrantes – vida e obra de um estadista do Império. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 269, p. 131-144, 1965.

CHUVA, Márcia. *Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2009.

Estatutos IHGB. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 175, p. 733-755, 1940.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, p. 153-163, 1996.

_____. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Iphan, 2009.

GOMES, Angela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argumentum Editora, 2009.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

_____. *Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)*. Rio de Janeiro: ed. uerj, 2011.

HELLER, Agnes. Introdução a uma teoria da história. In: _____. *Uma Teoria da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993. p. 331-395.

LACOMBE, Américo Jacobina. Rui e a história política do Império e da República. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 205, p. 21-34, 1949.

MONTELLO, Josué. O centenário de Júlio Mesquita. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 257, p. 77-86, 1962.

OLIVEIRA, Maria da Glória. O presente do passado nos exemplos da história. In: _____. *Escrever vidas, narrar a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p. 35-76.

PROTEÇÃO e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória. Brasília, MEC-SPHAN pró-memória, 1980.

RABELLO, Sônia. O ato de tombamento e seus requisitos. In: *O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009. p. 53-74.

SANTOS, Francisco Marques dos. Aspectos da primeira viagem dos imperadores do Brasil à Europa e Egito. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 188, p. 55-91, 1945.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. Nasce a academia Sphan. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, p. 77-95, 1996.

SILVA NETO, Jamile. O Conselho Consultivo do SPHAN (1938-1966): trajetórias e práticas. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SODRÉ, Alcindo. Solano Lopez, imperador. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 182, p. 105-115, 1944.